

OS SERTÕES DO LESTE DA PROVÍNCIA FLUMINENSE: CANTAGALO E NOVA FRIBURGO SOB O IMPACTO DA SEGUNDA ESCRavidÃO (1820-1872)¹.

THE HINTERLANDS IN THE EAST OF THE FLUMINENSE PROVINCE: CANTAGALO AND NOVA FRIBURGO UNDER THE IMPACT OF THE SECOND SLAVERY (1820-1872)

Rodrigo Marins Marretto²

Endereço: Av. Gal. Milton Tavares de Souza, s/nº - Campus da Praia Vermelha, Boa Viagem,
Niterói-RJ CEP: 24210-346.
Email: rmmarretto@gmail.com

Resumo: Os objetivos deste estudo são compreender o impacto da segunda escravidão nas vilas de Cantagalo e Nova Friburgo a partir das transformações demográficas vividas por essas vilas entre os anos de 1814 e 1872 e analisar através do estudo de caso de Antônio Clemente Pinto – barão de Nova Friburgo – como a classe senhorial da região aproveitou-se de um contexto de expansão da escravidão e da cafeicultura para formar e manter sua riqueza e patrimônio. Para cumprir os objetivos propostos partimos do exame minucioso de séries de dados referentes a formação populacional das vilas e de documentos relacionados a trajetória de Antônio Clemente Pinto. Tais documentos permitem concluir que a região foi profundamente influenciada pela expansão da escravidão e da cafeicultura, permitindo que o barão de Nova Friburgo construísse sua fortuna apoiado sobre esses alicerces.

Palavras-chave: Cantagalo – Nova Friburgo – Escravidão – Império do Brasil – Cafeicultura

Abstract: The objectives of this study are to understand the impact of the second slavery in the towns of Cantagalo and Nova Friburgo from the demographic transformations lived by these villages between the years of 1814 and 1872 and to analyze through the case study of Antônio Clemente Pinto as the seigniorial class of the Region took advantage of a context of expansion of slavery and coffee cultivation to form and maintain its wealth and assets. In order to fulfill the proposed objectives, we start with a detailed examination of data series concerning the population formation of the villages and of documents related to the trajectory of Antônio Clemente Pinto. These documents allow us to conclude that the region was profoundly influenced by the expansion of slavery and coffee cultivation, allowing the Baron of Nova Friburgo to build his fortune on these foundations.

Keywords: Cantagalo – Nova Friburgo – Slavery – Brazil Empire – Coffee cultivation

1 Este trabalho é fruto de uma investigação realizada no doutorado em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) intitulada “O verdadeiro imperador do Brasil: O Barão de Nova Friburgo e as estratégias de formação e manutenção do patrimônio familiar nos Oitocentos. (1798-1880)”.

2 - Doutorando em História pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) com o projeto de pesquisa “O verdadeiro imperador do Brasil: O Barão de Nova Friburgo e as estratégias de formação e manutenção do patrimônio familiar no oitocentos. (1829-1888)”.

I- Introdução

O presente estudo analisa a criação de um espaço de produção escravista nos Sertões do Leste entre os anos de 1820 e 1872. Tal investigação se deu por dois motivos principais: conhecer melhor a área Oriental do Vale do Paraíba, cujo coração era a vila de Cantagalo, e compreender o impacto da expansão escravista nesta região, além de desmitificar a ideia de que na vila de Nova Friburgo não existia escravidão e que essa vila não estava envolvida com a produção cafeeira. Ao iniciar a escrita deste trabalho diversos historiadores já tinham em conta que a vila de Cantagalo, durante o século XIX, constituía-se como um espaço de produção cafeeira movida com trabalho escravo. Todavia, poucos deles trabalharam especificamente com as vilas em questão¹.

Para melhor compreendermos o papel dos senhores de escravos instalados entre a vila de Cantagalo e Nova Friburgo abordaremos a trajetória de Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo. Diretamente ligado ao tráfico de escravos até as vésperas da lei de 1831, o barão de Nova Friburgo construiu, ao longo do século XIX, uma imponente riqueza apoiada na produção cafeeira através do braço escravo. Por isso, a utilização da trajetória deste personagem é essencial para captarmos a formação da escravatura nas vilas citadas.

A região dos “Sertões do Leste” desde finais do século XVIII estava ocupada por grupos de faiscadores vindos de Minas Gerais com o objetivo de extrair ouro clandestinamente. Neste período, a região foi palco da criação de um primeiro espaço escravista ligado a extração aurífera, que ganhou impulso com a expulsão dos bandos clandestinos e com o estabelecimento de regras para a divisão e distribuição das minas, cujo critério para recebimento era a posse de escravos².

1 Até o presente momento a historiografia tem abordado, principalmente, as áreas Ocidentais do Vale do Paraíba, com ênfase para as vilas de Vassouras, Valença, Barra do Pirai, Bananal, etc. As áreas Orientais dessa região, com centro em Cantagalo, não passaram pelo crivo dos volumosos trabalhos acadêmicos relativos as vilas já citadas. Diante disso, poucos trabalhos acadêmicos diretamente ligados a formação de Cantagalo foram produzidos, como exemplo temos Gelson Rozentino e Eliana Maria Gonçalves Vinhaes. Ainda no campo acadêmico temos outras pesquisas que se referem a Cantagalo, mas que não se preocupam em abordar a formação da vila, como os casos de Keith Barbosa e Vanessa Melnixenco. Vale mencionar que pesquisadores regionais abordaram a história da vila de Cantagalo, com destaque para os trabalhos de Clélio Erthal e Acácio Ferreira Dias. Para trabalhos referentes a formação das vilas do Vale Ocidental ver: SALLES, Ricardo. E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. MUAZE, M. A. F. As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. STEIN, Stanley. Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. MORENO, Breno S. A formação da cafeicultura em Bananal, 1790-1830. In: Mariana Muaze, Ricardo Salles. (Org.). O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão. 1ªed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, v. p. 328-350. A respeito da região Oriental do Vale ver os seguintes trabalhos: ALMEIDA, Gelson Rozentino de. Hoje é dia de branco. O trabalho livre na Província Fluminense: Valença e Cantagalo, 1870-1888. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 1995. DIAS, Acácio Ferreira. Terra de Cantagalo. Cantagalo-RJ 2ª edição, 1979. ERTHAL, Clélio. Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói, Nitpress, 2008. VINHAES, Eliana Maria Gonçalves. Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 1992. Mimeografado. BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888). Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História) – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2014. MELNIXENCO, Vanessa Cristina. Friburgo & Filhos: tradições de passado e invenções do futuro. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2014.

2 Ver: ERTHAL, Clélio. Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói, Nitpress, 2008. MELNIXENCO, Vanessa Cristina. Friburgo & Filhos: tradições do passado e invenções do futuro. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

Como se vê, antes mesmo que a Coroa viesse interferir de fato, a região, ainda no século XVIII, se organizava entorno de um espaço de produção escravista. O próprio Acácio Dias Ferreira, em seu livro *Terra de Cantagalo* aponta que em 1798 a população na região atingia “a cifra de seiscentos indivíduos, dos quais trezentos e sessenta eram escravos³”. O autor está afirmando que 60% dos indivíduos no arraial de Cantagalo eram escravos. Ou seja, este não era apenas um espaço escravista, mas, indubitavelmente a escravidão encontrava-se largamente difundida ali e, por conseguinte, estruturava as relações de trabalho.

Diante dessas questões, passamos a interrogar mais detidamente a difusão de uma ideologia, como propõe João Raimundo Araújo⁴, de um “mito de origem”⁵ ou da invenção de uma tradição, para utilizar um termo de Hobsbawm⁶, que se quer difundir a respeito da constituição social da população da vila de Nova Friburgo. Por certo estamos fazendo menção ao “mito da suíça brasileira”, fortemente difundido desde 1918 através de um texto elaborado por Agenor de Roure para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁷. Tal mito foi identificado por João Raimundo Araújo em sua dissertação de mestrado e, descrito e criticado em sua tese de doutorado⁸.

A essência dessa versão da história de Nova Friburgo tinha por pressuposto difundir que a colonização europeia na vila se ancorava na inexistência, ou na atribuição de um papel insignificante aos escravos durante a formação da Vila de Nova Friburgo, em valorização da ideia de que os colonos formavam uma ilha de “liberdade” cercada pelo mundo escravista. Neste caso, Nova Friburgo, por conta do seu clima e sua colonização, possuiria ares europeus. Elemento que exclui a íntima relação com a vila de Cantagalo onde café e escravidão eram os elementos fulcrais da sua formação⁹.

Para ressignificar a formação social da região no século XIX realizamos uma incursão a um conjunto de documentos que nos auxiliam na tarefa de apresentar uma estrutura onde a escravidão era a base em que as diferentes classes sociais compostas por indivíduos livres se sustentavam. O método utilizado reside em utilizar os registros

3 DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Subsídio para a História do Município de Cantagalo. 2ª ed. Cantagalo: Prefeitura Municipal de Cantagalo, 1979, v. 1, p. 69

4 ARAÚJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense 2003. p. 7.

5 Ver: BLOCH, MARC. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Prefácio: Jacques Le Goff; Apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz; Tradução: André Telles - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 56-60.

6 Ver: HOBBSAWM, Eric. “Introdução” In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

7 DE ROURE, Agenor. *O Centenário de Nova Friburgo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1938. (Conferência proferida no IHGB em sessão solene da Câmara Municipal de Nova Friburgo a 19 de maio de 1918).

8 ARAÚJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: o processo de urbanização da Suíça brasileira. (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1992. ARAÚJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense 2003.

9 MARRETTO, R. M. *A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

paroquiais de batismo, as anotações populacionais realizadas pelo padre Jacob Joye em 1828 e 1834, os relatórios dos Presidentes de Província de 1840, 1850 e 1856 e o recenseamento realizado pelo Império em 1872, referentes à Nova Friburgo e utilizar os dados de Acácio Dias Ferreira e os relatórios e censos citados para a vila de Cantagalo. Tal composição permitirá enxergar as transformações demográficas vividas pela população da região ao longo do século XIX.

A compilação dos dados seriais foi realizada a partir dos dados reunidos por outros pesquisadores, como Acácio Dias Ferreira, pelas informações contidas nos relatórios do presidente de província de 1856 referentes aos anos de 1840, 1850 e 1856 e pelo primeiro censo geral do Império do Brasil de 1872. No tocante a Nova Friburgo contamos com dois mapas populacionais elaborados pelo padre suíço Jacob Joye, o primeiro de 1828 e o segundo de 1834. Assim, a partir desses elementos elaboramos os quadros populacionais para Cantagalo e Nova Friburgo e extraímos os resultados para o crescimento populacional de livres e escravos na região.

Com esta investigação serial pretendemos chegar a uma estrutura da posse de cativos para a região de Cantagalo e Nova Friburgo e, desta forma, estabelecermos as bases para a compreensão da trajetória de Antônio Clemente Pinto. Tal personagem movia-se no interior dessa estrutura de produção escravista e cafeeira ligada as transformações do mundo atlântico entre o final do século XVIII e início do XIX, portanto sua trajetória é essencial para a compreensão das transformações indicadas. A visão que adotamos entende que nesta transição ocorreu um reordenamento e uma expansão da escravidão atlântica que se contrapunha a escravidão colonial, fadada a extinção, principalmente após o surgimento do capitalismo industrial. Estamos nos referindo ao conceito de segunda escravidão.

O conceito de segunda escravidão diz respeito, justamente, a intensificação e difusão da escravidão atlântica ligada ao mundo industrial, a criação dos Estados nacionais e a produção de *commodities* em três espaços específicos da América: a República Norte-americana, o Império do Brasil e o Império espanhol, produzindo respectivamente algodão, café e açúcar para o mercado mundial¹⁰. Tomich descreveu a segunda escravidão como elemento dinamizador do capitalismo, das novas áreas de produção voltadas ao mercado mundial, do tráfico transatlântico de escravos e de uma nova divisão do trabalho¹¹. Dessa forma, Tomich passa a entender as áreas de segunda escravidão sem desconectá-las do desenvolvimento capitalismo mundial. Nas palavras do autor a escravidão “revela a constante assimetria, desigualdade e

10 TOMICH, Dale. Sob o prisma da escravidão: Trabalho, capitalismo e economia mundial. SP: Edusp, 2011.

11 TOMICH, Dale & ZEUSKE, Michael: The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories” in: Review (Fernand Braudel Center) Vol. 31, No2, 2008.p. 91.

tensão entre histórias locais particulares e os diversos, porém unificados, ritmos temporais e tensões espaciais dos processos econômicos mundiais”¹².

A proposta de Tomich também viria abrir uma vertente crítica em relação a visão de que os investimentos dos senhores de terras e escravos corresponderiam a um ideal arcaico de sociedade. Este viés de interpretação identificava entre os senhores de terras e escravos a busca de ganhos sociais em detrimento dos econômicos, afirmando que o ideal arcaico configurava o modo de vida senhorial escravista¹³. Segundo Salles e Marquese as raízes do modo de vida senhorial devem ser buscadas, não no ideal arcaico de uma economia colonial tardia, mas na reconfiguração e inserção dessa economia, na renovação da escravidão e no movimento de expansão do mercado no bojo do desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XIX¹⁴.

A investigação que apresentamos tem por objetivo colocar em perspectiva uma análise que relacione o global e o local. Tal meta está relacionada a perspectiva da segunda escravidão a medida que o próprio formulador do conceito lança as bases para este empreendimento quando afirma: “podemos então reconstruir teoricamente o desenvolvimento histórico de regimes escravistas particulares, locais, como resultados de processos econômicos mundiais”¹⁵. Com isso, justifica-se a abordagem relativa a um regime escravista local e formado entre finais do século XVIII e a primeira metade do XIX, mas que respondia a dinâmica e vicissitudes dos mercados mundiais. Este é o caso de Cantagalo, afinal, a partir da década de 1840 a vila passa a figurar como um dos maiores produtores de café do Vale do Paraíba e a comportar uma volumosa quantidade de escravos oriundos do tráfico legal, ilegal e interno, fator de desenvolvimento de novas áreas caracterizadas pela segunda escravidão.

Neste artigo a proposta teórico-metodológica é reconstruir, a partir dos pressupostos explicitados, as transformações ocorridas no coração da área oriental do Vale do Paraíba – Cantagalo e Nova Friburgo – ligadas a uma intensa utilização da mão de obra escrava e ao desenvolvimento da produção cafeeira relacionadas à economia-mundo. Ao mesmo tempo, abordamos a trajetória de Antônio Clemente Pinto, exatamente para abrir o panorama de análise proposto por Dale Tomich, o autor em dois artigos recentes propõe o diálogo entre temporalidades e abordagens

12 TOMICH, Dale. Sob o prisma da escravidão. Op. Cit., p. 52.

13 FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manoel: O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

14 MARQUESE, R. B. ; SALLES, R. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: Rafael Marquese; Ricardo Salles. (Org.). Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba, Brasil e Estados Unidos. 1ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2016, v. 1, p. 117. Para críticas mais contundentes ao modelo de Fragoso e Florentino ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. Revista de História São Paulo, n.169 (JULHO / DEZEMBRO 2013), p. 223-253.

15 TOMICH, Dale. Sob o prisma da escravidão. Op. Cit., p. 51.

historiográficas diversas¹⁶. Com o objetivo de executarmos a proposta de Tomich reduziremos a escala de observação para investigar um agente de peso na história da escravidão e da cafeicultura do século XIX brasileiro, contextualizando suas práticas sem perder de vista as vicissitudes de sua ação social na longa duração. Desta forma, estamos tentando nos aproximar da sugestão de Tomich e Zeuske de utilizar a micro história como um caminho para fazer a “história do mundo desde a perspectiva do individual”¹⁷.

Através desta história mundial da perspectiva do indivíduo torna-se possível perceber o intrínseco envolvimento do personagem que estudamos com o processo de expansão da escravidão nas vilas de Cantagalo e Nova Friburgo. Assim, seu envolvimento com o tráfico africano, o volume de suas plantações de café, as máquinas de beneficiamento da rubiácea – signos de modernidade – permite uma variação de escala entre o global e o local capaz de exemplificar mais precisamente o impacto da segunda escravidão no cerne da área oriental do Vale do Paraíba.

II- Cantagalo e Nova Friburgo

As origens da ocupação dos Sertões do Leste, capitania do Rio de Janeiro, estão datadas de meados do século XVIII por ocasião do pedido de Maurício Portugal a Intendência Geral do Ouro, seu objetivo era abrir um garimpo na região que se denominava “Sertões do Leste”. A autorização foi concedida, mas rapidamente revogada. Por ordem do Vice-rei todos os garimpos foram fechados e todas as fazendas que estavam localizadas na base da Serra do Mar foram destruídas. O bando de Manuel Henriques, o Mão de Luva - aproveitando-se desta situação - invadiu a região a partir de Xopotó e fundou, com determinada conivência do governador de Minas Gerais, o garimpo conhecido como “Minas Novas do Cantagalo”.

Mão de Luva tinha o objetivo de explorar clandestinamente o ouro da região e o fez por quase cinco anos. Não era o único a ter um garimpo naquelas áreas, os irmãos Lopes e Miguel Muniz também possuíam minas. Essas relações sociais relacionadas ao ouro clandestino abriram a possibilidade para a formação da primeira Vila da Região Centro-Norte Fluminense, São Pedro de Cantagalo, que ganhou a alcunha de Vila em 1814¹⁸. A respeito do “Mão de Luva, Laura de Melo e Souza o considera “um curioso

16 TOMICH, Dale. A ordem do tempo histórico: a longue durée e a micro-história. In: Almanack, No2, Nov, 2011. TOMICH, Dale & ZEUSKE, Michael: The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories” in: Review (Fernand Braudel Center) Vol. 31, No2, 2008.

17 TOMICH, Dale & ZEUSKE, Michael: The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories” in: Review (Fernand Braudel Center) Vol. 31, No2, 2008. p. 97. ZEUSKE, Michael. Sklaven und Sklaverei in den Welt des Atlantiks, 1400-1940: Umriss, Anfänge, Akteure, Vergleichsfelder und Bibliographien. Berlin: LIT Verlag, 2006. p. 9. In: TOMICH, Dale. A ordem do tempo histórico. Op. Cit., p. 50.

18 GARCIA, R. C. Nos Descaminhos dos Reais Direitos: O contrabando entre as Capitânicas do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1770-1790). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995 pp. 62-75. Esta seção do texto de Romyr Gracia promove um importante debate sobre os conceitos “bandido” e “banditismo”, a partir das ideias elaboradas por Hobsbawm. As conclusões do autor apontam que Mão de Luva não se caracterizava desta forma, ao contrário, em grande medida atuava legalmente. Romyr afirma que seu único crime foi garimpar em terras proibidas e burlar o fisco.

bandido do tempo da mineração” e que também “assaltava comboios”.¹⁹ Prefiro não considerar Mão de Luva com o bandido que governava um povoamento, onde existiam, ao menos, duzentas famílias. Também considero o termo “semidesclassificado” inapropriado ao personagem, Manuel Henriques era proprietário de mais de uma dezena de escravos, o que denotava certa distinção.

Com o passar do tempo, Manuel Henriques viu seu poder questionado e confrontado pela Coroa, tentou resistir e negociar, mesmo assim, foi derrotado diante da força dos Dragões do Vice-rei. Com Mão de Luva vencido, abriu-se o caminho para a colonização e a Coroa decidiu controlar a extração de ouro, todavia, esta era ínfima e veio a extinguir-se como afirmou Mawe ao visitar a região:

O governo, tornando-se senhor do território, imaginou encontrar aí tanto ouro quanto ao se estabelecerem os primeiros garimpeiros e publicou muitos regulamentos injustos, oprimiu os nativos como jamais se vira, instalou registros em vários pontos para impedir o contrabando, e encheu toda a redondeza de guardas. Os numerosos colonos, atraídos pela suposta riqueza do lugar, não tardaram a verificar que *o creme fora extraído pelos contrabandistas*²⁰.

A administração, certa de que o valor da região estava na lavoura, passou a doar sesmarias, e já por volta de 1809, a principal atividade da região era a produção de víveres. No alvará de concessão de sesmarias aos primeiros povoadores de Cantagalo aparecem, em sua maioria, indivíduos que migraram para a região tendo como ponto de partida a província de Minas Gerais, logo, esse enraizamento e experiência na província mineira produziria também o aprofundamento dos interesses desses indivíduos pela região ocupada recentemente²¹. De qualquer maneira, não havia referência ao café, que na década de 1820 iniciaria um processo de expansão e transformaria as paisagens da região. Assim, pode-se concluir que o interesse e a presença de colonizadores mais antigos já eram marcados pelo domínio de grandes extensões de terra e pelo trabalho escravo.

Desta forma, para compreendermos melhor o fluxo migratório oriundo de Minas Gerais elaboramos o quadro 1. Através desta exposição demonstramos que os dados apresentados pelo pesquisador não devem estar muito distantes da realidade da vila de Cantagalo às vésperas de sua fundação. Aliás, é importante destacar que até 1856 quase 60% da população da vila continuou sendo formada por escravos, o que confere destaque para o espaço de produção escravista constituído na região dos “Sertões do Leste”. Esta tendência só se altera no censo de 1872, quando a população

19 MELLO e SOUZA, Laura de. Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal. 4ª Edição, 2004, p. 279

20 MAWE, Jonh. Viagens ao Interior do Brasil Principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes. Rio de Janeiro, Ed. Zelio Valverd, 1944. p. 128. (Grifos nossos)

21 Alvará de 25 de janeiro de 1809. Mesa do desembargo do paço - critérios - concessão - sesmaria. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1809, Página 21 Vol. 1 (Publicação Original).

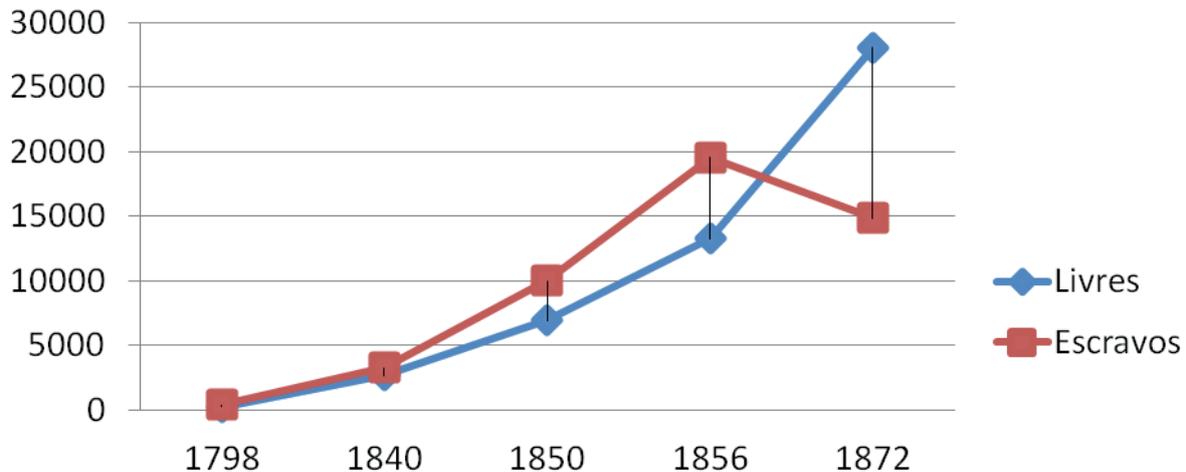
livre salta para 65% de toda vila. Mais importante ainda é notar que apenas entre o ano de 1856 e 1872 há uma diminuição sensível no número de escravos, que caiu para 34% da população. No período anterior, entre 1850 e 1856, a população cativa quase que dobrou, demonstrando um forte incremento a partir do tráfico interno de escravos, já que o trato africano estava definitivamente proibido desde 1850.

População escrava na Vila de São Pedro de Cantagalo. 1828 - 1872. Quadro I										
Ano	1798		1840		1850		1856		1872	
	Números	%								
Livres	240	40,00%	2.649	44,72%	6.898	40,93%	13.250	40,41%	28.045	65,43%
Escravos	360	60,00%	3.275	55,28%	9.957	59,07%	19.537	59,59%	14.815	34,57%
Total	600	100%	5.924	100%	16.855	100%	32.787	100%	42.860	100%

Fonte: : DIAS, 1979, p. 69; Relatório do presidente de província de 1856. Censo de 1872.

As observações dos dados apresentados podem ficar mais nítidas no gráfico 1. Tal recurso demonstra que a taxa de crescimento da população escrava foi superior à de livres em todos os períodos, exceto entre 1856 e 1872, quando ocorre uma brusca inversão nos índices populacionais, ou seja, um crescimento vertiginoso da população livre e uma queda na quantidade de cativos.

Gráfico 1 - Escravizados e Livres na vila de São Pedro de Cantagalo (1798-1872)



Fonte: DIAS, 1979, p. 69; Relatório do presidente de província de 1856 Censo de 1872 - IBGE.

Quais fatores teriam levado a essa alteração da relação entre senhores e escravos no final da série? Tal questionamento nos leva ao diálogo com a tese de Keith Barbosa, pesquisadora que estudou as enfermidades e a morte entre os escravos de Cantagalo. Apesar de não ter elaborado um quadro geral sobre a posse de escravos os dados da historiadora nos revelam que ao longo do século XIX a propriedade escrava passou de pulverizada entre os pequenos proprietários às mãos dos grandes proprietários de

escravos²². Eliana Vinhaes Barcante, ao pesquisar a vila de Cantagalo através do trabalho com inventários *post-mortem*, percebeu que na localidade existiam “fazendeiros de grande porte, com grandes extensões de terra, edificações diversificadas e plantéis numerosos e produtivos”²³.

Os dados apresentados por Keith Barbosa em seu segundo capítulo apontam para uma acentuada dinâmica da população escrava e uma frequência volumosa de cativos africanos arrolados nos inventários para Cantagalo. O número de africanos tende a cair após o fim definitivo do tráfico de africanos em 1850, fator que reativou o tráfico interno e gerou uma intensa concentração da propriedade de almas na Cantagalo da segunda metade do XIX²⁴. Ainda no Século XVIII, portanto, Cantagalo já dava início a um espaço de produção escravista, que ao se expandir ao longo do século XIX, passou a atender a demanda internacional do café com a ampliação das áreas de plantio da rubiácea. Sem dúvida, a Cantagalo do século XIX era um espaço escravista em expansão. Trabalhos como os de Keith Barbosa, Eliana Barcante, Clélio Erthal e Vanessa Melnixenco apontam para a marcante característica da vila, a escravidão. A mesma constatação não é tão óbvia para o caso de Nova Friburgo.

Passo a analisar a formação do espaço escravista formado na vila de Nova Friburgo com dois objetivos: conhecermos a estrutura populacional da vila e compararmos essas estruturas com as de Cantagalo, assim teremos uma visão mais nítida do quadro populacional das vilas. A vila de Nova Friburgo foi criada pelo impulso migratório iniciado pelo suíço Nicolau Gachet e os colonos foram agraciados por D. João VI com terras na Fazenda do Morro Queimado, futura sede da vila de Nova Friburgo e que pertencia à vila de São Pedro de Cantagalo. O acordo foi selado em 1818 e a chegada dos colonos a vila se deu em 1820. Malgrado as esperanças dos migrantes europeus, as terras do Morro Queimado eram improdutivas, ou melhor, afeitas aos gêneros de subsistência. O colono Stöcklin, argumentava o seguinte: “Nós suíços, que viemos em 1820, fomos postos em terras que só dão batatas, milho e legumes; por isso os colonos que não tiveram coragem ou meios de mudar para terras de café não progrediram nada²⁵”.

A reflexão do colono indica a qualidade das terras que lhes foram cedidas, mas revela também o novo fluxo migratório dos colonos em busca de áreas propícias ao plantio de café. Neste mesmo sentido, o colono Levieux relata a qualidade das terras,

22 BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História) – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2014, p. 76.

23 VINHAES, Eliana Maria Gonçalves. *Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992, p. 57.

24 BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. *Escravidão, saúde e doenças*. Op. Cit., p. 80-84.

25 NICOLIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996, p. 222.

“... muito mais próprias à cultura de coisas necessárias à subsistência, do que as que chamamos – coloniais²⁶”. Cretton de Martigny nos proporciona a mesma imagem:

A terra que cultivamos, não sendo própria para a cultura do café e do açúcar, eu [Antoine Cretton] quero abandoná-la para me dedicar a esse tipo de cultura, já que cada milheiro de pé de café que plantamos, depois de três anos, produz mil francos a cada ano²⁷.

Assim, percebe-se que as terras dadas aos colonos não estavam ligadas a produção e expansão cafeeira e, desta forma os colonos que não tinham recursos estavam aliçados deste processo, que de acordo com o colono Martigny constituía-se em uma rentável atividade.

Durante um longo período os historiadores que se debruçaram sobre a formação de Nova Friburgo no século XIX, em grande medida, deixaram de lado os movimentos populacionais da vila, ao mesmo tempo em que concentraram suas pesquisas nas experiências dos colonos e nos temas da colonização em detrimento de uma análise que englobasse a escravidão²⁸. Sobremaneira, a escravidão foi alijada das análises, salvo pontualmente em alguns trabalhos²⁹. Tal obliteração não permitiu uma análise estrutural da população da vila e muito menos dos escravos. Diante dessas problemáticas busco analisar as transformações no contingente populacional na Nova Friburgo do oitocentos com o objetivo de conhecermos melhor os movimentos demográficos vividos pela vila.

26 Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - O Spectador, 1826, Edição00224. pp. 1-3.

27 NICOU LIN, Martin. A Gênese de Nova Friburgo. Op. Cit., p. 222

28 O time de pesquisadores que endossaram a perspectiva de que a formação de Nova Friburgo se calcava primordialmente na colonização suíça é o seguinte: SILVA, Thomé Maria da - História da Emigração Friburguense para o Brasil: 1819 a 1820. Nova Friburgo, Tip. Da Sociedade Editora e Impressora de Friburgo, 1918. ROURE, Agenor de. Centenário de Nova Friburgo. Conferência realizada em sessão solene da câmara municipal de Nova Friburgo, a 19 de maio de 1918. In: Revista do IHGB: Tomo 83,1949. NICOU LIN, Martin. A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996. LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a serra. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. MAYER, Jorge Miguel. Raízes e crises do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo. Niterói: Tese de Doutorado, PPGH-UFF 2003. MAYER, Jorge Miguel; PEDRO, José Carlos & LAFORET, Regina - As Malas Órfãs: A Bagagem dos Colonos Suíços. Nova Friburgo, 1996. CDH-Pró-Memória da PMNF. (Datilografado). MAYER, Jorge Miguel & PEDRO, José Carlos. Vida e Morte na Colônia de Nova Friburgo: Um Estudo Demográfico. Nova Friburgo, 1991. CDH-Pró-Memória da PMNF. (Datilografado) ERTHAL, Clélio. Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói, Nitpress, 2008. CURIO, Pedro. Como surgiu Nova Friburgo: esboço Histórico e Episódico, 1818-1840. Rio de Janeiro. CORRÊA, Maria Janaína Botelho. Histórias da História de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Editora Primil, 2012. CORRÊA, Maria Janaína Botelho. O cotidiano de Nova Friburgo no Final do Século XIX: Práticas e Representação Social. Rio de Janeiro: Educam, 2008. CORRÊA, Maria Janaína Botelho. Histórias da História de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Editora Primil, 2012. CORRÊA, Maria Janaína Botelho. Histórias e Memória de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Educam, 2011. BOM, Henrique. Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da independência. Imagem Virtual, 2004.

29 OLIVEIRA, D. M. Escravidão e consciência de classe na Nova Friburgo da primeira metade do século XIX: notas introdutórias a uma análise histórico-antropológica. Fundação Palmares (página de artigos). Internet, 24 jun. 2007. PEDRO, J. C. A Colônia do "Morro Queimado": suíços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999. LISBOA, Edson de Castro. Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX. In: ARAUJO, João Raimundo de. MAYER, Jorge Miguel (Orgs.). Teia serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003. LISBOA, Edson de Castro; MAYER, Jorge Miguel. Os crimes da fazenda Ponte de Tábuas: Um estudo sobre a escravidão no século XIX. Nova Friburgo, Alberian, 2008. LOUZADA, Gioconda. Presença Negra. Uma nova abordagem da história de Nova Friburgo. Niterói: EDUFF. 1991.

Em busca de um padrão de posse ressaltamos a importância dos registros batismais, isto porque suas características permitem revelar as posições sociais que os envolvidos assumem, principalmente, em relação ao número de escravos que batizaram. Ressaltamos que a utilização dos registros paroquiais para elaborar o padrão de posse de escravos para a vila de Nova Friburgo se fez necessário diante da inexistência de inventários post-mortem e testamentos para o período. Diante da impossibilidade de criarmos um padrão com referências em inventários e testamentos buscamos a alternativa dos registros de batismo, documentos que também se caracterizam por serem seriais e reiterativos. Além disso, utilizamos como justificativa as considerações da professora Sheila da Castro Faria³⁰:

Dos registros paroquiais, os de óbitos são por certo, os menos confiáveis, já que a morte não precisava, necessariamente, ser assistida por padres, elemento fundamental em batizados e casamentos. Moribundos e seus familiares poderiam, simplesmente, prescindir da sua presença. Era, na realidade, uma escolha. Pode-se imaginar que muitas pessoas, em particular escravas, morreram e foram enterradas sem o conhecimento dos párocos.³¹

Além disso, é preciso considerar a importância da Igreja Católica para essa sociedade e levar em conta que a disciplina social advinha dos sacramentos ministrados pela Igreja. No contexto de formação social da vila de Nova Friburgo temos que atentar, também, para os batizados de escravos realizados pela Igreja Luterana, fator essencial para garantir uma análise que englobe os diferentes elementos sociais constituintes da vila³². Com essas constatações, considero adequado utilizar os registros paroquiais de batismo para reconstruir a estrutura de posse de escravos da vila de Nova Friburgo.

A partir da análise dos registros de batismo, foi possível perceber que esses refletiam padrões de posse muito similares às pesquisas que utilizavam inventários como fonte. Isto é, a população escrava estava pulverizada por todos os estratos sociais da Vila, argumento endossado pelas palavras de Rafael de Bivar Marquese:

[...] o fato de todas essas atividades - rurais e urbanas - terem se baseado na escravidão, com uma estrutura de posse dos escravos que os distribuía por diferentes faixas de riqueza, sem concentrá-los apenas nas mãos dos senhores mais capitalizados ou mesmo dos proprietários brancos³³.

30 É preciso dizer que não nos alinhamos com a perspectiva teórica da professora Sheila de Castro Faria, entretanto, utilizamos aqui uma citação de sua obra exclusivamente para justificar a utilização de registros batismais na tarefa de construir uma demografia da população para Nova Friburgo.

31 FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Coleção Histórias do Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 343-344.

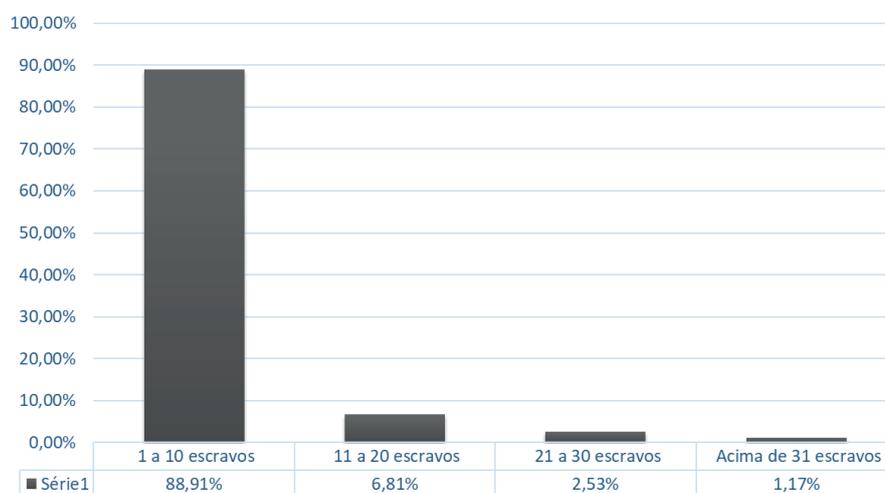
32 Ver: TEIXEIRA, M. B.. *Conflitos religiosos na Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1824-1872)*. Revista Tessituras, v. 6, pp. 6-16, 2015.

33 MARQUESE, Rafael de Bivar. *A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência escrava, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX*. Novos Estudos. Cebrap. São Paulo, v. 4, 2006. p. 119.

Diante disso, resta apresentar os números extraídos dos registros batismais que servem de referência para classificarmos os senhores segundo a posse de escravos. Os dados arrolados apontam que a escravidão estava difundida entre os diversos estratos sociais dos Sertões do Leste. Classificamos os senhores em quatro categorias, microproprietários (1 a 10), pequenos proprietários (11 a 20), médios proprietários (21 a 30), e grandes proprietários (Acima de 31). Tal rotulagem nos permite perceber que a maior parte dos senhores, quase 90% deles, possuíam entre 1 e 10 escravos (Quadro 2). Logo, é possível perceber que a escravidão não estava concentrada nas mãos de poucos senhores, mas distribuída entre a maior parte dos microproprietários de escravos.

Padrão de posse de escravos segundo o Batismo. 1820-1850. Quadro 2		
Quantidade	% de proprietários	Nomenclatura
1 a 10 escravos	88,91%	Microproprietários
11 a 20 escravos	6,81%	Pequenos proprietários
21 a 30 escravos	2,53%	Médios proprietários
Acima de 31 escravos	1,17%	Grandes proprietários
Livro I e II de Batismo - Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo.		

Padrão de posse de escravos segundo o batismo 1820-1850 . Gráfico 3



Livro I e II de Batismo - Arquivo da Igreja de São João Batista

O gráfico 2 apresenta mais nitidamente a discrepância entre os micros proprietários e as demais categorias. Por outro viés de análise percebemos que os microproprietários possuíam 48% dos escravos, enquanto as três outras esferas juntas somavam 52% dos cativos arrolados. Assim, podemos dizer que na região a propriedade escrava já nasceu concentrada. Mesmo que os pequenos, médios e grandes proprietários concentrassem a maior parte das almas escravizadas, uma grande parcela dos escravos encontrava-se dispersa entre as classes proprietárias da vila. Na segunda metade do

século XIX, sob influência do fim definitivo do tráfico transatlântico, a tendência à concentração da população escrava passou a ser a tônica.

Para adensar o argumento de que Nova Friburgo fazia parte da montagem de um espaço de produção escravista nos “sertões do Leste”, utilizo os dados do vigário Jacob Joye para os anos de 1828 e 1834, do Relatório do Presidente de Província de 1856 e do censo de 1872, os quais, justapostos, permitem uma análise do número de escravos e livres entre as décadas de 20 e 70. Esses dados demonstram que, na Vila de Nova Friburgo, a porcentagem de escravos sempre esteve na faixa dos 40%, a exceção do ano de 1856 (Quadros 3 e 3.1)³⁴.

População escrava na Vila de Nova Friburgo. 1828 - 1872. Quadro 3						
Ano	1828		1834		1840	
	Números	%	Números	%	Números	%
Livres	1.615	55,94%	2.615	56,82%	2.886	57,23%
Escravos	1.272	44,06%	1.987	43,18%	2.157	42,77%
Total	2.887	100%	4.602	100%	5.043	100%
Fonte: A.I.São João Batista - L. de Tombo I - Mapa populacional - Jacob Joye, 1834. CDH-Pró-Memória da PMNF.						
Relatório do P. de Província de 1856. Recenseamento do Brasil de 1872 - IBGE						

População escrava na Vila de Nova Friburgo. 1828 - 1872. Quadro 3.1						
Ano	1850		1856		1872	
	Números	%	Números	%	Números	%
Livres	4.187	58,86%	7.009	64,40%	13.972	54,69%
Escravos	2.927	41,14%	3.874	35,60%	11.574	45,31%
Total	7.114	100%	10.883	100%	25.546	100%
Fonte: A.I.São João Batista - L. de Tombo I - Mapa populacional - Jacob Joye, 1834. CDH-Pró-Memória da PMNF.						
Relatório do P. de Província de 1856. Recenseamento do Brasil de 1872 - IBGE						

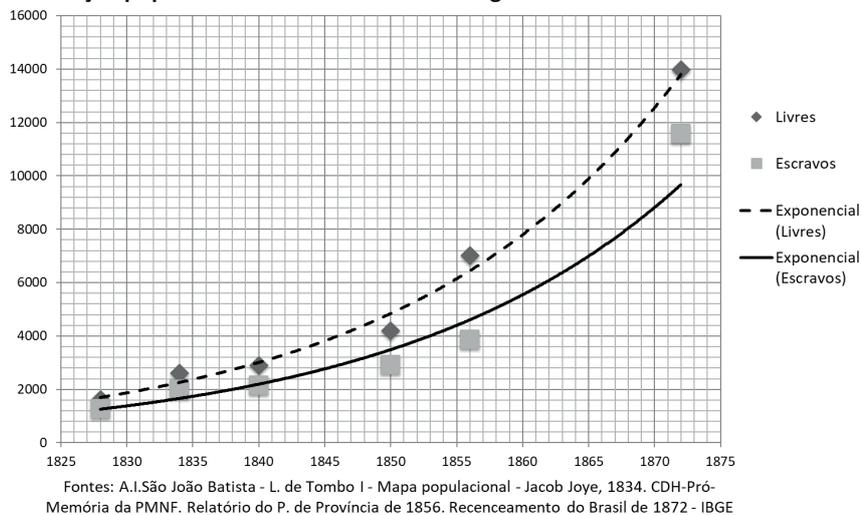
A análise mais detalhada demonstra que a população da Vila aumentou como um todo ao longo da primeira metade do século XIX, mas o número de indivíduos livres foi o que mais cresceu, distorcendo as porcentagens relativas aos escravos, cujo número também crescia. Podemos constatar esse avanço examinando o Gráfico 3, o qual nos permite investigar a evolução da população livre e escrava na vila. Com este recurso é possível perceber que os dois números subiam, mas, ao longo do tempo, o número de indivíduos livres passou a se distanciar dos escravizados.

A partir dos dados coletados, analisei a taxa de crescimento da população da vila de Nova Friburgo. Com isso notabilizaram-se certas nuances, como a questão do déficit no crescimento da população entre os anos de 1834 e 1840 (Gráfico 4). Atribuímos essa queda ao período de expansão cafeeira em Cantagalo, o que gerou um fluxo de escravos traficados internamente para aquela região. A partir de 1840 o crescimento populacional volta a alavancar-se, acentuando-se entre 1856 e 1872. O vetor polinomial descrito no gráfico 4 permite a observação das oscilações populacionais da vila de Nova

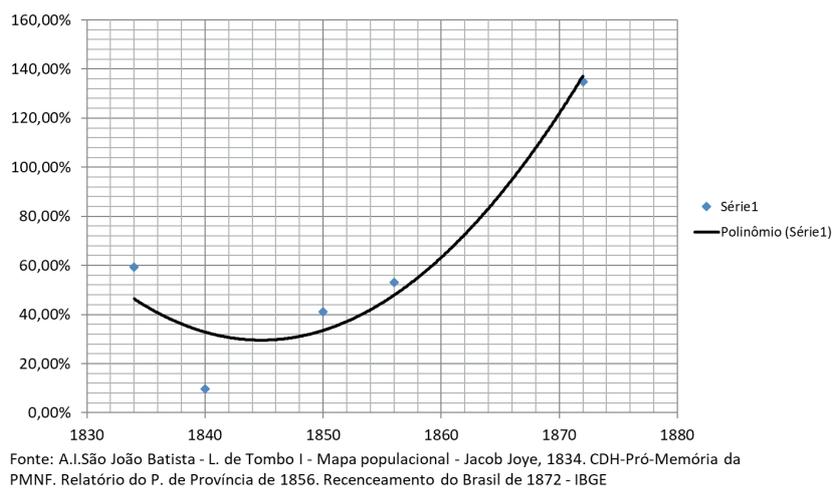
34 Preferimos dividir os dados relativos a população de Nova Friburgo apenas para fins de visualização.

Friburgo. Manipulando esses dados de outra forma pode-se afirmar que a taxa média de crescimento da população gravitou entorno de 47,28%.

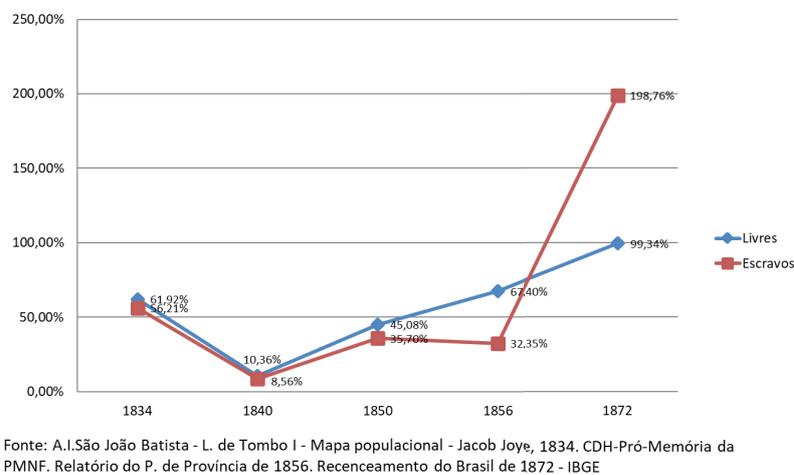
Evolução populacional na Vila de Nova Friburgo. 1828 - 1872. Gráfico 3



Taxa de Crescimento da população entre 1828-1872-Gráfico 4



Taxa de crescimento: Escravos e Livres, 1828-1872. Gráfico 5



Neste ponto da análise estabelecemos uma comparação entre a taxa de crescimento de livres e escravos. Através desses números constatamos que as taxas de crescimento dos escravos sempre estiveram abaixo das que correspondem aos livres. No entanto, a última série apresenta um incremento vertiginoso da população cativa. Tal fator altera a taxa média de escravos, deixando-os em uma posição ligeiramente superior (51,65%) na comparação com indivíduos livres. Esta escalada dos escravos no final da série pode ser mais bem percebida através do gráfico 5. Desta forma, enquanto o crescimento da população livre ocorreu de forma progressiva, o número de cativos cresceu de tal forma entre 1856 e 1872, que alterou profundamente a média de crescimento da população cativa. Desta forma, nota-se que a marca de 51,65% para o crescimento de escravizados foi deformada pelos últimos dados da série, enquanto a quantidade de livres, por conta de seu crescimento constante, atingiu a média de 44,19% entre os anos de 1828 e 1872.

A conjuntura analisada até aqui compreende as vilas de Cantagalo e Nova Friburgo, e se insere em uma dimensão internacional do mercado, ligada a expansão da cafeicultura e da escravidão. Por isso, é importante destacar que, em princípios de 1820, devido à demanda internacional pelo café, a necessidade de aumentar a produtividade das fazendas tornou-se indiscutível. Para que tal expediente pudesse se concretizar o tráfico internacional de escravos foi potencializado. Para compreender melhor esse contexto, abriremos diálogo com o conceito de “segunda escravidão”. Dale Tomich considera que, na transição do século XVIII para o XIX, fatores como a construção do Estado Nacional, a expansão da escravidão e da economia cafeeira seguiam as transformações da economia-mundo³⁵. O conceito de Segunda escravidão refere-se, justamente, a atuação de um bloco histórico composto por EUA, Cuba e Brasil, empenhados na reestruturação do tráfico de escravos em escala e intensidade nunca antes aplicadas. Segundo o autor, o sul dos Estados Unidos, o Brasil e Cuba passaram a compor o mercado internacional em escala atlântica durante o desenvolvimento do capitalismo industrial, sob a influência política e econômica da Inglaterra que passava àquela época, a transformar a economia mundial. No Brasil este processo desencadeou uma nova escravidão que fundamentava o “sistema econômico e histórico e a ascensão de uma nova classe dominante, a classe senhorial³⁶”.

Os escravos oriundos do contexto da segunda escravidão viriam abastecer as grandes fazendas do Vale do Paraíba, fator que incrementou a produtividade suprindo a demanda de café no mercado mundial. Como consequência desses fatores, as grandes fazendas cafeeiras expandiam-se vigorosamente e a produção brasileira ultrapassaria

35 Ver: TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial*. (1ª ed. de 1967; trad. port). São Paulo: Edusp, 2011.

36 SALLES, Ricardo. *O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado*. Almanack, v. 1, 2012, p. 17.

“todas as demais regiões cafeeicultoras mundiais³⁷”, já na terceira década do século XIX. Desse modo, os dados seriais que apresentamos demonstram o impacto da segunda escravidão nas vilas de Cantagalo e Nova Friburgo, aumentando também a produtividade das fazendas localizadas na região. Na próxima sessão observaremos este impacto através de um personagem singular para a história do Vale oriental, Antônio Clemente Pinto – o barão de Nova Friburgo.

III – Antônio Clemente Pinto: expoente da Classe Senhorial dos Sertões do Leste

Para a melhor compreensão do papel dos senhores de terras e escravos de Cantagalo e Nova Friburgo diminuiremos a escala de observação para analisar a trajetória de Antônio Clemente Pinto, personagem que chega a região dos “sertões do Leste” justamente no calor das transformações ligadas a expansão cafeeira e escravista. Tal escolha se deve ao fato de sua distinção em relação aos demais senhores das vilas. Antonio Clemente Pinto encontra-se entre os mais destacados comerciantes nacionais e, nesta sessão, perceberemos também quais as raízes da construção de seu complexo de fazendas entre Nova Friburgo e Cantagalo. Durante o período estudado, o prestígio de Antônio trouxe-lhe o título de comendador e barão. Tal poder também se estendeu aos seus filhos e parentes próximos. É justamente pelo desejo de compreender a construção de uma enorme fortuna no seio da “escravidão nacional” que ajustarei a escala de observação para perscrutar a trajetória socioeconômica do personagem.

Segundo Alberto Ribeiro Lamego, Antônio Clemente Pinto chegou à região de Nova Friburgo e Cantagalo em 1829. Afirma o autor que Antônio chegara à região, seduzido pela ideia do ouro, e que constatando estar “diante de uma ilusão, desvia-se logo para o cultivo da terra...³⁸”. Acácio Ferreira Dias adianta a chegada do personagem em seis anos³⁹. De qualquer forma, faz-se necessário reiterar uma ideia já abordada aqui, a de que nesse período a região se expandia vigorosamente através do café e da escravidão, e que esse produto na terceira década do século XIX ultrapassaria “todas as demais regiões cafeeicultoras mundiais⁴⁰”. Com isso, não quero desqualificar a ideia de que Antônio Clemente Pinto chegou à região com o objetivo de explorar ouro, mas creio ser fundamental acrescentar que, no início dos anos 30 do XIX, a conjuntura era significativamente favorável ao plantio de café e o personagem em questão rapidamente enveredou por este negócio.

37 MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 262.

38 LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 363.

39 DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo*. Op. Cit., p. 61.

40 MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*. Op. Cit., p. 262.

À conjuntura propícia ao plantio do café acrescentam-se as informações trazidas a baila por Carlos Gabriel Guimarães, que encontrou o nome de Antônio Clemente Pinto em uma documentação do *State of Papers* do governo britânico de 1829, nestes documentos Antônio realizava um carregamento de escravos. Guimarães ainda adiciona uma informação crucial, esses fazendeiros nunca deixaram o comércio de lado, arrolando o personagem como acionista e diretor da Caixa Econômica em parceria com Mauá⁴¹.

Além do documento internacional, nosso personagem figurava nas listas do Diário do Comércio como traficante de escravos. Pouco antes de sua chegada a região, Antônio adquire quatro consideráveis carregamentos de escravos, que por certo iriam abastecer suas propriedades. Iniciemos pelo ano de 1827, quando “carregou 416 escravos, mortos 2 a Antônio Clemente Pinto⁴²”; em fevereiro de 1828, “Carregou 504 escravos, mortos 14 a Antônio Clemente Pinto⁴³”; e, em março de 1828 o “Quillimane Bergantim Nacional Hércules em 58 dias: Carregou 592 escravos, destes morreram 46, a Antônio Clemente Pinto⁴⁴”, ainda em março de 1828 carregou-se de mais 520 cativos sendo 85 mortos⁴⁵. O resultado é o seguinte: 1885 escravos vivos e 147 mortos trazidos da África entre 1827 e março de 1828. Um número tão elevado de cativos permitiria reaver os investimentos vendendo parte desses escravos e ainda chegar à região serrana com um contingente expressivo de força de trabalho.

As condições eram tão favoráveis que Antônio Clemente Pinto fez fortuna rapidamente. Para a comprovação de tal fato, Clélio Erthal revela que ele possuía mais de dez fazendas só em Cantagalo⁴⁶. Viajantes que passaram pelas terras de Antônio deixaram descrições de seus modos de vestir e se comportar. D’Ursel, por exemplo, nos oferece a seguinte imagem: “Quando entrou na sala como um camponês e com botas até os rins, todos se levantaram; os filhos e netos foram beijar-lhe as mãos e os escravos inclinaram-se para receber a benção⁴⁷, a continuação do texto do viajante revela a principal ocupação de Antônio Clemente Pinto, que era “percorrer as suas fazendas que se tocam, formando um pequeno reino⁴⁸”. A primeira citação revela parte do modo de vida dos Clemente Pinto, a segunda uma volumosa riqueza expressa em terras.

41 GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Uma leitura sobre o império do Brasil no contexto do século XIX: diálogo com Ricardo Salles. Almanack. Guarulhos, n. 04. p. 46-52, 2º semestre de 2012. p. 50.

42 Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - Diário do Rio de Janeiro, 1827, Edição0200008, p. 36.

43 Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - Diário do Rio de Janeiro, 1828, Edição0100002, p. 8.

44 Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - Diário do Rio de Janeiro, 1828, Edição0300003, p. 12.

45 Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - Diário do Rio de Janeiro, 1828, Edição1200026, p. 104.

46 ERTHAL, Clélio. Cantagalo: da miragem do ouro. Op. Cit., p. 211

47 D’URSEL, Charles. Sud Amerique. Paris, 1879. p.102. Apud: LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a serra. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 365.

48 D’URSEL, Charles. Idem.

Entre as terras compradas na região, destaca-se a aquisição de metade da fazenda Aldêa, em 1849, junto a seu sócio João Paulo Troubat. A fazenda situava-se no termo da Vila de São Pedro de Cantagalo. Entre os bens que foram adquiridos na compra da fazenda estão,

100 mil pés de café velhos e novos (...) metade da carpintaria com seus pertences, dois terreiros calçados de pedra, da olaria (...) da casa de vivenda, das senzalas, dos armazéns, paiol e casinhas, metade dos galinheiros, chiqueiros, currais e estrebarias, metade de vários ranchos cobertos de telha, da horta e pomar, metade dos pastos, e quaisquer outras benfeitorias (...) metade de todas as fábricas que existem na fazenda, metade do engenho de socar, despoldador, engenho de cana (...) metade do moinho, do engenho de serrar e de tudo mais não especificado⁴⁹.

Percebe-se que o bem de raiz adquirido é enorme. Com isso, indica-se a possibilidade de que parte dos escravos registrados no Diário do Comércio trabalhasse na fazenda Aldêa, haja vista suas dimensões. Entre os bens negociados, o que se encontrava “não especificado” pertenceria também a Antônio. Existia, entretanto, um número considerável de bens semoventes para serem arrolados, além dos produtos já armazenados e que fizeram parte das negociações, constam “trinta e seis bestas de tropa, vinte e cinco cabeças de gado e mais porcos. Três mil arrobas de café armazenado (...) e finalmente metade dos escravos em número de 93⁵⁰”. Todos esses bens foram arrematados pelo “cômputo de cinquenta e seis contos de reis que eles outorgantes marido e mulher disseram ter recebido do outorgado⁵¹”.

No ano seguinte, Antônio adquiriu a fazenda Itaóca junto a seu irmão Manoel Clemente Pinto. A fazenda Itaóca situava-se no “Ribeirão das Areias, termo da Vila de São Pedro de Cantagalo⁵²” e englobava a sesmaria de Santa Thereza que fora recebida na partilha da Fazenda São Clemente. As dimensões eram de 750 braças de frente e 1500 de fundos, fazia limite com as terras do próprio comendador e com as de Francisco Clemente Pinto. De acordo com o croqui que consta no livro *Barão de Nova Friburgo: impressões, feitos e encontros*, as fazendas de Antônio que se limitavam à Itaóca seriam as fazendas Areias, Jacutinga e Boa Sorte⁵³.

O inventário listado na escritura de compra da fazenda arrola 90 mil pés de café, entre grandes e pequenos, roças de milho, paiol, casa de vivenda, senzalas, dois moinhos, monjolos e uma ferraria com suas ferramentas e vários ranchos, ferramentas

49 Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro IV de Notas Fl. 55V.

50 Idem. Ibidem.

51 Idem.

52 Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro IV de Notas Fls. 79, 79V e 80.

53 FOLLY, Luiz Fernando Dutra; FARIA, Aura Maria Ribeiro e OLIVEIRA, Luanda Jucyelle Nascimento de. *Barão de Nova Friburgo: impressões, feitos e encontros*. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 2010. p. 129.

de lavoura, mobília da casa, carros, carroças e “demais objetos e benfeitorias que existam na dita sesmaria de terra que compõe fazenda, mesmo que aqui não sejam mencionados⁵⁴”. Resumindo, Antônio comprou, mais uma vez, todo um complexo fundiário e tudo que se encontrava sobre seu solo. Junto a essa compra também estava uma posse de terras que se localizava em área adjacente a fazenda Itaóca e quarenta e um escravos. A fazenda custou ao Comendador 23 contos e 600 mil réis e os escravos custaram 400 mil réis cada um, sete eram crioulos e 34 deles foram denominados “de Nação”, totalizavam o montante de 16 contos e 400 mil réis. Todas essas benfeitorias e escravos custaram, a Antônio Clemente Pinto, 40 contos de réis mais impostos e assim “confessaram os vendedores terem já recebido da mão do comprador, e por isso desde já fixam no comprador todo domínio direito e ação e posse da dita fazenda⁵⁵”. O poder fundiário adquirido pelo Comendador era significativo.

Em 1847, as representações dos Comerciantes Nacionais eram feitas por uma comissão de nove membros por nacionalidade, o membro brasileiro era Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão e Visconde com grandeza de Mauá. Consta que Irineu era residente, também, na Rua da Candelária, 41; sendo, portanto, vizinho próximo da família Clemente Pinto, que habitava o número 36. Justamente quando Irineu torna-se Diretor da Comissão de Negociantes, Antônio é arrolado junto ao grupo dos negociantes nacionais⁵⁶, o que corrobora para o argumento relativo à proximidade entre os personagens, que não ocorre apenas pela vizinhança, mas se estreita, sobretudo ante o tino comercial apontado pelo *Almanack* e à parceria como acionista da Caixa Econômica, como identificado por Carlos Gabriel Guimarães⁵⁷.

O tino comercial de Antônio Clemente Pinto era excelente, entre 1839 e 1844 ele recebeu e enviou Café, Açúcar e madeira pelo porto do Rio de Janeiro. Neste caso, estamos fazendo referência a 21 registros no Diário do Comércio em que o personagem recebe e despacha as mercadorias citadas. O café ocupou o centro do comércio, seguido pelo açúcar e pela madeira, como demonstrado através do quadro número 4. Durante o processo de análise das escrituras relacionadas a Antônio Clemente Pinto destacamos as dívidas e hipotecas, cujos os valores somavam 26 contos 978 mil 346 réis. Tal montante corrobora para a ideia de que Clemente Pinto era credor de vários particulares e com seus empréstimos e hipotecas, conseguia obter vantagens através dos juros, elementos que contribuíram significativamente para seu processo de enriquecimento e para a ampliação de suas terras.

54 Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livro IV de Notas Fls. 79, 79V e 80.

55 Idem.

56 Almanack Laemmert. Para o ano de 1847. p. 297

57 GUIMARÃES, C. G. Uma leitura sobre o Império do Brasil no contexto do século XIX: diálogo com Ricardo Salles. Almanack, v. 04, p. 46-52, 2012.

Antônio Clemente Pinto 1839-1844: Movimentações		
no Porto do Rio de Janeiro. Quadro 4		
Produto	Cargas	%
Café	19	65,52%
Açúcar	7	24,14%
Madeira	3	10,34%
Fonte: Diário do Comércio 1839-1844		

De acordo com o que se percebe através da tabela, o café é o fator indispensável à compreensão do enriquecimento de Antônio Clemente Pinto. As suas sociedades foram o outro elemento utilizado para a construção de sua fortuna. Por certo, algumas dessas associações ajudaram a consolidar a produção nas terras do Comendador. Em 1848, elaborou junto a Francisco Dias Ferreira uma “sociedade de agricultura na Serra Vermelha, pertencente à cidade de Campos; cuja sociedade é formada em terras pertencentes ao sócio Clemente Pinto”. O acordo estava no valor de 32 Contos de réis, dividido entre as partes contratantes. Clemente Pinto apresentou as terras da Serra Vermelha avaliadas em dez contos oitocentos e cinquenta mil réis e para completar a sua parte quatorze escravos de nação no valor de sete contos de réis. Além disso, ainda constavam criações como gado, porcos e bestas de carga arriadas, todos avaliados em quatro contos de réis. Francisco Dias Ferreira deu sua entrada de 16 contos através dos seguintes bens:

meio quarto de terras medidas e demarcadas da sesmaria chamada Santa Maria no Município de Cantagalo (...) no valor de um conto e duzentos mil réis, e assim mais entra com todas as benfeitorias existentes no mesmo terreno e constam das seguintes um engenho de socar café por setecentos mil réis, casa de vivenda por duzentos mil réis, mesinha e monjolo por oitenta mil réis, trinta e seis mil pés de café um por outro a cento e vinte mil réis cada pé, ventilador, balança, pesos, um caixão grande; tudo por cento e oitenta mil réis; que todos esses objetos fazem a soma de sete contos e quarenta mil réis⁵⁸.

Soma-se ao valor expresso na citação, a entrada de 16 escravos de nação entre homens e mulheres mais três crias, além do pardo João da Cruz, todos avaliados em oito contos novecentos e setenta mil réis, quantia que representava os dezesseis contos de Francisco. É nítida a diferença entre a contribuição de Clemente Pinto e Dias Ferreira. Talvez, por isso, o último tenha sido obrigado a morar na Fazenda Serra Vermelha com o objetivo de adiantar os trabalhos para o bem da sociedade.

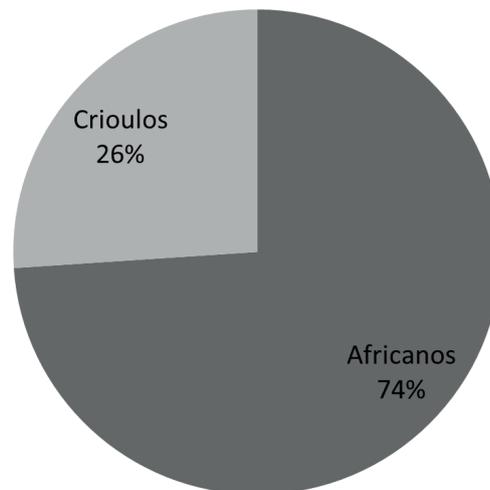
58 Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro IV: 50V, 51, 51V, 52, 52V.

Foram localizados outros dois acordos de sociedade envolvendo Antônio Clemente Pinto. O primeiro, realizado em 1849 com o já citado Troubat, em torno da Fazenda Aldeia, e o segundo em 1850, com João Pedro Rodrigues, na Fazenda da Alegria. As duas sociedades se dariam no entorno da agricultura, escravidão e demais semoventes. No caso da associação com João Paulo Troubat, a fazenda envolvida é a Aldeia, que fora dividida entre Clemente Pinto e seu antigo dono. Através da sociedade somaram-se as metades da fazenda, 200 mil pés de café, 186 escravos e demais semoventes, bens que foram fixados em 130 contos de réis. O valor da segunda associação foi bem menor, 51 contos e oitenta mil réis. Clemente Pinto entrou com as terras, 22 escravos, 58 mil pés de café, engenho de socar café, um moinho, terreiro de pedra, galinheiro, roça de milho e um relógio de parede; do outro lado Rodrigues entrou com seu trabalho, passou a ser o administrador da Fazenda Alegria e a receber 300 mil-réis por esse serviço.

Através das informações contidas nas escrituras torna-se possível analisar mais de perto as características dos escravos do Comendador. Foram registrados 165 cativos. Para mais precisão iremos nos valer do quadro 5 e dos gráficos 1.4 e 1.5, que contém os dados mais pormenorizados desses escravos. Com a tabela e os gráficos podemos concluir que, em sua esmagadora maioria, os escravos arrolados eram homens e africanos denominados genericamente “de nação”. No caso das mulheres os números não modificam o quadro, e o número de africanas é maior que o de crioulas. Apareceram nos dados pesquisados dois escravos pequenos “de Nação” e apenas uma cria, números que permitem duas formas de análise, em primeiro lugar a reprodução entre os escravos era baixa, e em segundo havia preferência por escravos que estivessem em idade apta ao trabalho. As duas escravas africanas que apareceram na documentação com seus filhos, também africanos eram oriundos, obviamente, do tráfico ilegal.

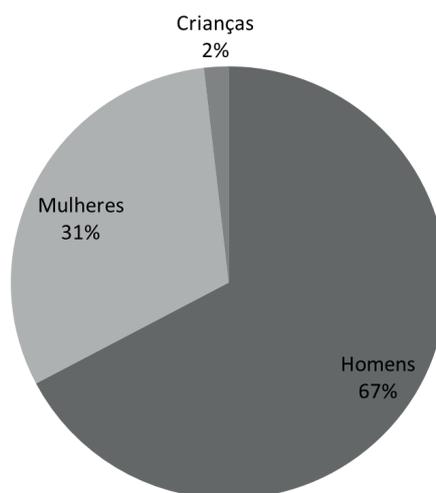
Escravos	Números	%	Homens	Mulheres	Crianças
Africanos	122	73,94%	88	32	2
Crioulos	43	26,06%	23	19	1
Total	165	Total	111	51	3
			67,27%	30,91%	1,82%
Fonte: Livro IV de Notas - Arquivo do Cartório do 2º Ofício					

Escravos de Antônio Clemente Pinto - Dados Cartoriais 1848-1850.
Gráfico 6



Fonte: Livro IV de Notas - Arquivo do Cartório do 2º Ofício

Escravos de Antônio Clemente Pinto: homens, mulheres e crianças. 1848-1850 Gráfico 7



Fonte: Livro IV de Notas - Arquivo do Cartório do 2º Ofício

No período estudado o personagem em questão adquiriu, segundo os arquivos consultados, duas propriedades (Itaóca e Aldêa) com suas benfeitorias e que juntas somavam quase 258 mil pés de café e possuíam em torno de 165 cativos, as duas propriedades adquiridas somaram mais de 96 contos de réis. As três sociedades que estabeleceu durante o período demonstram que ele se valia desse expediente para ampliar suas riquezas, essas três associações somavam 213 contos de réis e contribuíram para ampliar os limites das fronteiras dos “Sertões do Leste”, chegando até a cidade de Campos. Com certeza, podemos afirmar que durante o período entre 1829 e 1850, Antônio Clemente Pinto construiu sua riqueza agrária e escravista.

Todavia, esta não era a única atividade que lhe conferia poder e prestígio, suas atividades ultrapassavam as de simples plantador escravista, e, de acordo com as palavras de Ilmar de Mattos tal poder estendia-se para a “organização e direção da atividade econômica meramente para a organização e direção de toda sociedade⁵⁹”. Nesse sentido, e na tentativa de capturar esse aspecto ao longo da trajetória de Antônio Clemente Pinto, temos as seguintes informações. A mais remota delas é a lista de deputados provinciais para o exercício de 1846 e 1847, na dita relação encontra-se o nome do filho de Antônio, Bernardo Clemente Pinto⁶⁰. No ano de 1848, o almanaque publicou as primeiras informações sobre a Vila de Nova Friburgo, Antônio figura entre os vereadores e, em Cantagalo, como um dos “Primeiros Fazendeiros de Café que o beneficiam pelo sistema de estufas, e que possuem terreiros de pedra⁶¹”.

Neste mesmo sentido, Antônio Clemente Pinto e Manoel Clemente Pinto foram escolhidos, em 1850, para eleitores dos deputados provinciais pela freguesia de Nova Friburgo, em meio a outros personagens da vila, por exemplo, João Dutra da Silveira, Antônio Luiz Ribeiro e João Bazet⁶². O prestígio dos Clemente Pinto fica ainda mais patente em uma carta enviada ao redator do *Diário do Rio de Janeiro* contestando as “injurias e insultos aos 50 amigos do atual governo, que foram apresentados para a deputação provincial na chapa que publicou *O Brasil*.⁶³”. Para apresentar evidências do caráter ímpoluto dos escolhidos, o autor da redação afirma que “são nomes de fazendeiros em sua maior parte, e de pessoas importantes por sua posição, influência, serviços e lealdade à política dominante⁶⁴”. Para compor a lista de virtuosos deputados, o escritor indica que *O Liberal* não viu o nome de “pessoas notáveis, como os Srs. Clemente Pinto e outros⁶⁵”. Foram esses mesmos indivíduos que, ainda em 1849, contribuíram com quinze dos 45 votos da Vila para eleger um expoente do partido conservador: Paulino José Soares de Souza, que passaria a ocupar o cargo de Senador do Império pelo Rio de Janeiro⁶⁶.

Após perscrutar a trajetória de Antônio Clemente Pinto podemos perceber que o personagem extrapola as categorias propostas para enquadrar os senhores de escravos da Vila de Nova Friburgo. Em 1854, Antônio Clemente Pinto foi agraciado com o título de barão de Nova Friburgo e de Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial⁶⁷. Na

59 MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987, p.54.

60 Almanack Laemmert. Para o ano de 1846. Seção PROVÍNCIA p. 1.

61 Almanack Laemmert. Para o ano de 1848. Seção PROVÍNCIA p. 229.

62 Almanack Laemmert. Para o ano de 1850. Seção SUPLEMENTO p. 50.

63 Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Diário do Rio de Janeiro*, 1849, Edição 08254, p. 5.

64 *Idem*.

65 *Idem*.

66 Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira - acervo de periódicos - *Diário do Rio de Janeiro*, 1849, Edição 08001, p. 2.

67 Biblioteca Nacional. Sessão de Manuscritos - Localização: C0992,20 N° 003.

verdade, devemos arrolar Antônio Clemente Pinto como megaproprietário, possuidor de 2.134 cativos, 11.100 alqueires de terras distribuídos em 11 fazendas e 5.786.000 pés de café⁶⁸. Antônio faleceu em 1869 e seu inventário foi fechado em 1873, nesta data os bens arrolados perfaziam um total de 6.909:371\$570, quantia que alçava o barão a um dos personagens mais ricos do Império do Brasil. De qualquer maneira, vale ressaltar que a maior parte desta riqueza estava investida em terras (2.125:050\$000 réis) e escravos (1.933:010\$000 réis) elementos que somados corresponderiam a 59,60% da riqueza do barão.

Tais valores, por conseguinte, debelariam o argumento do arcaísmo a medida que o investimento em terras e escravos realizados pelo personagem não se reduziram a ganhos sociais, mas predominantemente econômicos. Por outro lado, tal riqueza foi obtida, principalmente, à medida que o café do barão era exportado e interligava as três esferas da economia cafeeira: o mercado internacional, os municípios cafeeiros do Vale e a fazenda de café movida pelo braço escravo.

IV - Conclusões

A partir das reflexões realizadas podemos calcar essas conclusões em dois pontos fundamentais: o primeiro é que os Sertões do Leste se desenvolviam desde o século XVIII como um espaço de produção escravista que se expandiu ao longo do século XIX ancorado no contexto da segunda escravidão, e segundo que Antônio Clemente Pinto era um dos mais portentosos proprietários de terras e escravos da região também beneficiado pelo contexto explicitado.

Em relação ao primeiro ponto torna-se importante ressaltar que as investigações derrubaram nas suas bases o “mito da suíça brasileira”, já que resgatamos o sentido escravista que região passava a ter em finais do século XVIII. No que se refere a Antônio Clemente Pinto percebe-se que este era difusor do modo de vida senhorial escravista pela região, beneficiado pela conjuntura de expansão da escravidão, pelo surgimento do Estado imperial e pelo impacto do café no mercado internacional. Deste modo, a conformação de sua riqueza pôde auxiliar na compreensão da formação e manutenção do patrimônio familiar no oitocentos.

Os resultados apresentados neste estudo revelam o impacto da segunda escravidão nas áreas orientais do Vale do Paraíba. Os números apresentados nas tabelas e nos gráficos da segunda sessão do texto demonstram a importância estrutural da escravidão na constituição das vilas de Cantagalo e Nova Friburgo. Ao mesmo tempo, a utilização de Antônio Clemente Pinto como exemplo de senhor de terras e escravos foi de fundamental importância para compreendermos os padrões de enriquecimento

⁶⁸ Inventário post-mortem/Partilha amigável do barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

e manutenção do patrimônio da classe senhorial oitocentista. Neste estudo, a maior parte dos escravos identificados eram africanos denominados “de Nação” e foram esses africanos que intensificaram a produtividade do café nas fazendas do barão, fator que contribuiu para percebermos as relações entre o local e o global na história da área oriental do Vale do Paraíba, já que os volumosos cafezais do barão contribuíram para impactar o mercado internacional de café a partir da década de 1830.

Tais resultados encontram-se em conformidade com o que pesquisadores encontraram para outras regiões do Vale do Paraíba, como suas áreas Ocidentais. Pesquisas relativas a Vassouras, Valença, Bananal também revelam que estas regiões estavam estruturadas através da cafeicultura movida por braço escravo e que tal organização estava voltada para a exportação do café fazendo girar as engrenagens da economia-mundo. Ao mesmo tempo, percebemos que os produtores dessas regiões, assim como os Breves e os Ribeiro de Avelar encontravam-se intimamente ligados, assim como Antônio Clemente Pinto, as estruturas que sustentavam a cafeicultura fluminense no oitocentos.

Desta forma, as contribuições específicas trazidas por este artigo são: uma apreciação quantitativa da evolução populacional das regiões citadas, a inserção das regiões na investigação referente a escravidão na área oriental da bacia do Rio Paraíba e a análise da trajetória de Antônio Clemente Pinto como elemento essencial para percebermos o impacto da segunda escravidão desta área do Vale do Paraíba. No campo teórico metodológico a colaboração centrou-se em realizar uma análise que, a partir das bases criadas por Tomich, estabeleceu uma tessitura envolvendo o global e o local com o objetivo de compreender a formação da cafeicultura e expansão da escravidão sem perdermos o foco no indivíduo.

Por fim, é preciso ressaltar a necessidade de estudos que tenham como foco essa região do Vale do Paraíba, o que permite compreender melhor a expansão do Estado Imperial brasileiro para o interior fluminense, ressignificando a formação desta área e ligando-a a expansão do café e da escravidão. O que este estudo acrescenta ao que já se conhece sobre a segunda escravidão no Vale do Paraíba, portanto, é que ela alcançou e repercutiu também na sua zona Oriental e, além disso, influenciou tanto as regiões mais centrais como Cantagalo quanto os espaços mais periféricos como a vila de Nova Friburgo, além de permitir que Antônio Clemente Pinto – o barão de Nova Friburgo – alcançasse poder e riqueza extraordinários.

Artigo recebido em 18 de março de 2017.

Aprovado em 22 de junho de 2017.